



Russell Bedford

taking you further

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO NO ESTADO DO TOCANTINS – SESCOOP/TO

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis

**Referente ao exercício findo em 31 de dezembro
de 2019.**



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Administradores e aos Conselheiros do
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO NO
ESTADO DO TOCANTINS – SESCOOP/TO
Palmas – TO**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins – SESCOOP/TO** (“**Entidade**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SESCOOP/TO em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;



Russell Bedford

taking you further

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.438.178,87	6.170.494,94
Créditos e valores a receber	4	124.100,30	-
Estoques	5	-	8.633,35
Despesas antecipadas	6	6.282,10	6.402,35
Total do ativo circulante		7.568.561,27	6.185.530,64
Não circulante			
Depósitos judiciais	7	199.345,35	33.067,95
Imobilizado	8	144.244,91	183.547,26
Intangível	9	13.863,48	26.199,36
Total do ativo não circulante		357.453,74	242.814,57
Total do ativo		7.926.015,01	6.428.345,21

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.



Fabrício Motta Araújo
Contador - CRC/DF - 018572/O-6



Maria José Andrade Leão de Oliveira
Superintendente

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante			
Contas a pagar	10	82.900,14	3.146,08
Salários, encargos sociais e impostos a recolher	11	3.722,26	6.528,64
Provisões trabalhistas e previdenciárias	12	71.927,98	35.901,03
Total do passivo circulante		158.550,38	45.575,75
Não circulante			
Provisão de contingência	13	199.345,35	46.530,96
Total do passivo não circulante		199.345,35	46.530,96
Patrimônio líquido			
Patrimônio Social	14	7.568.119,28	6.336.238,50
Total do patrimônio líquido		7.568.119,28	6.336.238,50
Total do passivo e patrimônio líquido		7.926.015,01	6.428.345,21

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.



Fabrício Motta Araújo
Contador - CRC/DF - 018572/O-6



Maria José Andrade Leão de Oliveira
Superintendente

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Notas	2019	2018
Receita operacional líquida	15	4.792.770,61	4.677.093,34
Despesas operacionais			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	16	(959.490,46)	(898.326,87)
Administrativas	17	(865.981,73)	(997.292,59)
Institucionais	18	(788.664,04)	(640.384,69)
Serviços de terceiros	19	(1.203.744,80)	(916.770,14)
Tributárias	-	(7.233,22)	(3.743,06)
Depreciação e amortização	8 e 9	(67.027,23)	(71.177,52)
Outras receitas e despesas	-	224,00	1.705,32
		(3.891.917,48)	(3.525.989,55)
Superávit/Déficit antes do resultado financeiro		900.853,13	1.151.103,79
Resultado financeiro			
Resultado financeiro líquido	20	331.027,65	296.330,18
		331.027,65	296.330,18
Superávit/Déficit do exercício		1.231.880,78	1.447.433,97

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.



Fabrício Motta Araújo
Contador - CRC/DF - 018572/O-6



Maria José Andrade Leão de Oliveira
Superintendente

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2018	4.888.804,53	-	4.888.804,53
Superávit do exercício		1.447.433,97	1.447.433,97
Transferência para patrimônio social	1.447.433,97	(1.447.433,97)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.336.238,50	-	6.336.238,50
Superávit do exercício		1.231.880,78	1.231.880,78
Transferência para patrimônio social	1.231.880,78	(1.231.880,78)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.568.119,28	-	7.568.119,28

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.



Fabrício Motta Araújo
Contador - CRC/DF - 018572/O-6



Maria José Andrade Leão de Oliveira
Superintendente

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins

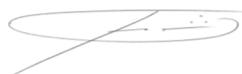
Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em reais)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.231.880,78	1.447.433,97
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	67.027,23	71.177,52
Baixa do ativo imobilizado	-	26.325,00
Superávit do exercício ajustado	1.298.908,01	1.544.936,49
(Aumento) / redução nos ativos		
Créditos e valores a receber	(124.100,30)	815,60
Estoques	8.633,35	10.404,51
Despesas antecipadas	120,25	(2.380,15)
Depósito judicial	(166.277,40)	(33.068,25)
Variação nos ativos operacionais	(281.624,10)	(24.228,29)
Aumento / (redução) nos passivos		
Contas a pagar	79.754,06	(27.097,45)
Salários, encargos sociais e impostos a recolher	(2.806,38)	2.831,00
Provisões trabalhistas e previdenciárias	36.026,95	(2.766,77)
Provisão de contingência	152.814,39	46.530,96
Variação nos passivos operacionais	265.789,02	19.497,74
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	1.283.072,93	1.540.205,94
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(15.389,00)	(59.994,00)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(15.389,00)	(59.994,00)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	1.267.683,93	1.480.211,94
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.170.494,94	4.690.283,00
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7.438.178,87	6.170.494,94
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	1.267.683,93	1.480.211,94

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.



Fabricio Motta Araújo
Contador - CRC/DF - 018572/O-6



Maria José Andrade Leão de Oliveira
Superintendente

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma).

1. Contexto operacional

Em 03 de setembro de 1998, a Medida Provisória nº 1.715/1998 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). O Decreto nº 3.017/1999, de 06 de abril do ano seguinte, complementou o ato inaugural e instituiu os regulamentos e demais dispositivos que lhe balizam a atuação.

O SESCOOP integra o Sistema Cooperativista Brasileiro e fornece-lhe suporte em formação profissional – técnica e gerencial – e na promoção social dos cooperados, empregados e familiares, além de apoiar diretamente a operação das cooperativas.

Formalmente, é entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob o estatuto de serviço social autônomo.

Seus recursos são de natureza fiscal: originam-se das cooperativas, que contribuem com um percentual de 2,5% sobre as folhas de pagamento, conforme preceitua o Artigo 12. do Decreto-lei nº 3.017 de abril de 1999:

“A distribuição e forma de utilização dos recursos aludidos neste capítulo serão definidos no Regimento Interno.”

As responsabilidades sociais do SESCOOP evidenciam-se, particularmente, na ênfase conferida às atividades capazes de produzir efeitos socioeconômicos condizentes com os objetivos do Sistema Cooperativista.

O Sistema SESCOOP opera em todo o território brasileiro. Compõe-se de uma unidade nacional – o SESCOOP NA, com sede em Brasília – e de 27 unidades estaduais que atuam nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal. Conta, em função dessa estrutura, com grande capilaridade, o que entre outras vantagens confere-lhe flexibilidade ímpar no atendimento às cooperativas.

O SESCOOP está sujeito, ainda, à auditoria externa e tem sua execução orçamentária sob o crivo do Tribunal de Contas da União, o qual tem poderes para efetuar fiscalizações contábil e financeira, além de inspeções e auditorias operacionais e patrimoniais, nos termos dos Artigos 70. e 71. da Carta Magna e Artigos 1º e 5º da Lei nº 8.443/1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), bem como enviar à Controladoria Geral da União, conforme preceitua a Lei nº 11.768, de agosto de 2008, do Artigo 6º, § 3º:

“As entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo, destinatárias de contribuições dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, deverão divulgar, pela internet, dados e informações acerca dos valores recebidos à conta das contribuições, bem como das aplicações efetuadas, discriminadas por finalidade e região.”

A administração da entidade, baseada no posicionamento técnico de seus assessores jurídicos, entende que é uma Entidade isenta conforme previsto pela Lei 9.532/1997. De acordo com o inciso I do Artigo 12. do Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, estando isento também da contribuição social.

As operações dos SESCOOPS estaduais são substancialmente mantidas por meio de

recebimentos do repasse de recursos efetuados pelo Sescop Nacional. Havendo déficit apurado no exercício, este será absorvido pelo patrimônio social (superávit acumulado).

A entidade não tem outros resultados abrangentes além do resultado do exercício.

As demonstrações contábeis foram emitidas em 27 de março de 2020, e estão devidamente autorizadas para deliberação do Conselho Fiscal.

2. Preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de apresentação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à pequenas e médias empresas e entidades sem finalidade de lucros, as quais abrangem os pronunciamentos NBC TG 1000 e ITG 2002 emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o Real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis

2.2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações do Sescop, especificamente as suas despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de contribuições destinadas ao Sescop são reconhecidas contabilmente quando da sua origem, a qual se dá através dos efetivos repasses recebidos.

2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.2.3. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, incluindo ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e

de provisão para redução ao valor recuperável de ativos, quando necessário, para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a Nota Explicativa nº 7.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação, ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.4. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A Administração revisa anualmente o valor estimado de realização dos ativos, e taxa de amortização, levando em consideração sua vida útil. A amortização dos bens é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 8.

2.2.5. Recuperabilidade de ativos (Impairment)

O Sescoop avaliou no encerramento do exercício social se existiram evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirmasse a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta pudesse ser estimada de maneira confiável, o Sescoop reconheceria no resultado a perda por impairment.

2.2.6. Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário das atividades operacionais. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor pactuado em contrato, documento similar hábil ou documento fiscal legal, os quais propiciem ao Sescoop bases confiáveis de mensuração de valor e realização do fato gerador objeto de registro por competência. Na prática, são, normalmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.2.7. Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

2.2.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor do Sescoop e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo foi reconhecido no balanço patrimonial quando o Sescoop possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.9. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.

2.2.10. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis da entidade é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção da vida útil de bens do imobilizado, dos ativos intangíveis, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao próprio processo de estimativa.

A Administração da entidade monitora e revisa estas estimativas e suas premissas em bases anuais.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável estimado, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

b) Provisões para passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

(i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

(ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; e;

(iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.4. Gestão de riscos

a) Gestão de risco financeiro

A gestão de risco da entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela administração e estrutura corporativa da entidade, assim composta:

Superintendência administrativa: órgão de gestão administrativa da entidade;
Conselho fiscal: órgão de assessoramento do conselho deliberativo, para assuntos de gestão patrimonial e financeira;
Conselho de administração: órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da entidade.

A entidade restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com taxas compatíveis de mercado.

3. Caixa e equivalentes de caixa

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa	200,74	-
Bancos	996,30	47.287,50
Aplicações financeiras	7.436.981,83	6.123.207,44
Total	<u>7.438.178,87</u>	<u>6.170.494,94</u>

3.1. Aplicações financeiras

<u>Instituição</u>	<u>Modalidade</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Banco do Brasil (a)	CDB	7.436.981,83	6.123.207,44
Total		<u>7.436.981,83</u>	<u>6.123.207,44</u>

(a) As aplicações financeiras são efetuadas em instituição financeira de primeira linha, com resgate a qualquer momento, na modalidade de Certificado de Depósito Bancário (CDB-DI).

4. Créditos e valores a receber

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Adiantamentos Concedidos	27.018,42	-
Adiantamento para Despesas	97.014,52	-
Outros Valores a Recuperar	67,36	-
Total	<u>124.100,30</u>	<u>-</u>

5. Estoques

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Materiais de consumo	-	8.633,35
Total	<u>-</u>	<u>8.633,35</u>

6. Despesas antecipadas

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Seguros a apropriar	6.282,10	6.402,35
Total	<u>6.282,10</u>	<u>6.402,35</u>

7. Depósitos judiciais

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Depósito judicial – INSS	190.879,98	31.448,95
Depósito judicial - PIS	8.465,37	1.619,00
Total	<u>199.345,35</u>	<u>33.067,95</u>

Trata-se de ação ordinária, com pedido de tutela de urgência, na qual a requerente pleiteia que seja determinada a suspensão da exigibilidade das contribuições sobre seguridade social e de terceiros (contribuição previdenciária patronal, Rat/Sat, PIS, contribuições destinadas a terceiros, Incra, Funrural, Salário-educação), declarando-se a imunidade e a isenção tributária ampla do Autor por ser um serviço social autônomo e, por consequência, uma entidade beneficente sem fins lucrativos nos termos do §7º, do art. 195, da CF/88 c/c o art. 14, do Código Tributário Nacional, mediante depósito nos autos dos valores devidos.

8. Imobilizado

Descrição	Taxa anual Depreciação	31/12/2019			31/12/2018
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Mobiliário	10%	148.532,38	(134.873,69)	13.658,69	14.346,38
Biblioteca	10%	239,00	(239,00)	-	-
Veículos	20%	107.400,00	(34.390,45)	73.009,55	86.327,15
Máquinas e equipamentos	10%	63.796,00	(43.521,47)	20.274,53	25.848,87
Equipamentos de informática	20%	133.730,27	(104.252,47)	29.477,80	51.680,78
Equipamentos de comunicação	10%	17.695,80	(9.871,46)	7.824,34	5.344,08
TOTAL		471.393,45	(327.148,54)	144.244,91	183.547,26

Destacamos a seguir a movimentação do Imobilizado em 2019:

Descrição	Líquido 31/12/2018	Adição	Baixa	Baixa de Deprec.	Deprec.	Líquido 31/12/2019
Mobiliário	14.346,38	10.000,00	-	-	(10.687,69)	13.658,69
Veículos	86.327,15	-	-	-	(13.317,60)	73.009,55
Máquinas e equipamentos	25.848,87	-	-	-	(5.574,34)	20.274,53
Equipamentos de informática	51.680,78	-	-	-	(22.202,98)	29.477,80
Equipamentos de comunicação	5.344,08	5.389	-	-	(2.908,74)	7.824,34
TOTAL	183.547,26	15.389,00	-	-	(54.691,35)	144.244,91

Destacamos a seguir a movimentação do Imobilizado em 2018:

Descrição	Líquido 31/12/2017	Adição	Baixa	Baixa de Deprec.	Deprec.	Líquido 31/12/2018
Mobiliário	28.910,18	-	(6.637,60)	5.772,48	(13.698,68)	14.346,38
Veículos	68.873,60	55.900	(49.500,00)	24.040,50	(12.986,95)	86.327,15
Máquinas e equipamentos	32.199,03	-	-	24,75	(6.374,91)	25.848,87
Equipamentos de informática	72.869,11	2.667,60	-	50,54	(23.906,47)	51.680,78
Equipamentos de comunicação	5.867,20	1.426,80	-	-	(1.949,92)	5.344,08
TOTAL	208.719,12	59.994,40	(56.137,60)	29.888,27	(58.916,93)	183.547,26

A Entidade constituiu comissão para avaliar os bens do ativo imobilizado e intangível sobre os aspectos de tempo de vida útil, taxas de depreciação e avaliação. A comissão não encontrou valor residual relevante e/ou alteração no tempo de vida útil dos bens patrimoniais do SESCOOP. Conforme registros e controles existentes, não sendo realizado nenhum ajuste contábil em decorrência desta avaliação.

9. Intangível

Descrição	Taxa anual	31/12/2019			31/12/2018
	Amortização	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de uso de softwares	20%	62.909,25	(49.045,77)	13.863,48	26.199,36
TOTAL		62.909,25	(49.045,77)	13.863,48	26.199,36

Destacamos a seguir a movimentação do Intangível em 2019:

Descrição	Líquido 31/12/2018	Adição	Baixa	Amortização	Líquido 31/12/2019
Direitos de Uso de Softwares	26.199,36	-	-	(12.335,88)	13.863,48
Total	26.199,36	-	-	(12.335,88)	13.863,48

Destacamos a seguir a movimentação do Intangível em 2018:

Descrição	Líquido 31/12/2017	Adição	Baixa	Amortização	Líquido 31/12/2018
Direitos de Uso de Softwares	38.535,24	-	-	(12.335,88)	26.199,36
Total	38.535,24	-	-	(12.335,88)	26.199,36

10. Contas pagar

As obrigações referentes às aquisições de bens e serviços para manutenção das atividades-fim e meio

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores - PJ	82.900,14	3.146,08
Total	82.900,14	3.146,08

11. Salários, encargos sociais e imposto a recolher

Os valores desse grupo de contas representam as obrigações decorrentes da folha de pagamento dos funcionários e demais pessoas jurídicas e físicas prestadoras de serviços, cuja posição e comentários analíticos estão descritos a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Consignações de terceiros- impostos a recolher	1.752,08	311,88
Salários, encargos sociais a recolher	1.970,18	6.216,76
Total	<u>3.722,26</u>	<u>6.528,64</u>

12. Provisões trabalhistas e previdenciárias

São obrigações com férias, abono pecuniário, adicional de 1/3 das férias, adicional de 1/3 do abono pecuniário e encargos sociais incidentes, cujos valores são provisionados mensalmente e baixados pela ocasião da concessão das férias.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Férias a pagar	54.201,29	24.659,15
INSS sobre férias	12.847,81	8.147,80
FGTS sobre férias	4.336,77	2.750,32
PIS sobre férias	542,11	343,76
Total	<u>71.927,98</u>	<u>35.901,03</u>

13. Provisão de contingência

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
INSS a recolher contestado	190.879,98	43.948,20
PIS a recolher contestado	8.465,37	2.582,76
Total	<u>199.345,35</u>	<u>46.530,96</u>

Declaração de imunidade tributária sobre toda e qualquer contribuição social incidente sobre a folha de pagamento de seus empregados bem como o reconhecimento da isenção fiscal ampla com a exoneração das contribuições tributárias de terceiros. Com isso as obrigações a recolher estão sendo reconhecidas no passivo a longo prazo em contrapartida do depósito judicial.

14. Patrimônio líquido

O patrimônio social é composto substancialmente de superávit acumulados.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Patrimônio social	7.568.119,28	6.336.238,50

Total	<u>7.568.119,28</u>	<u>6.336.238,50</u>
--------------	----------------------------	----------------------------

15. Receita operacional líquida

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receitas de contribuições (a)	1.113.201,61	1.037.240,93
Receitas de contribuições Fundecoop (b)	3.679.569,00	3.639.852,41
Total	<u>4.792.770,61</u>	<u>4.677.093,34</u>

(a) Refere-se às contribuições realizadas pelas cooperativas do Estado, por meio do pagamento da GPS e repasse do INSS (2,5% sobre a folha de pagamento) para o Sescop Nacional;

(b) Refere-se a um repasse suplementar de recursos fornecidos pelo Sescop Nacional para aplicação na atividade do cooperativismo;

16. Pessoal, encargos e benefícios sociais

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Salários e proventos	(508.175,49)	(472.335,81)
13º Salário	(45.227,76)	(43.636,51)
Férias e abono constitucional	(60.888,62)	(57.972,26)
Encargos trabalhistas	(207.696,80)	(191.080,44)
Benefícios sociais	(137.501,79)	(133.301,85)
Total	<u>(959.490,46)</u>	<u>(898.326,87)</u>

17. Administrativas

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Despesas com Dirigentes e Conselheiros	(42.660,24)	(39.505,22)
Ocupação e Serviços Públicos	(93.204,95)	(92.797,65)
Despesas de Comunicação	(11.879,28)	(5.696,63)
Material de Consumo	(77.284,67)	(98.940,62)
Passagens e Locomoções	(449.657,37)	(476.820,27)
Diárias e Hospedagens	(191.295,22)	(283.532,20)
Total	<u>(865.981,73)</u>	<u>(997.292,59)</u>

18. Institucionais

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Locações	(148.375,00)	(113.012,00)
Materiais e divulgação	(61.964,10)	(41.017,50)
Materiais para treinamento	(55.934,58)	(33.990,67)
Serviços e divulgações institucionais	(78.006,75)	(25.791,43)
Auxílios educacionais	(444.383,61)	(426.573,09)
Total	<u>(788.664,04)</u>	<u>(640.384,69)</u>

19. Serviços de terceiros

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Auditoria e Consultoria	(137.700,00)	(31.872,35)
Serviços Especializados	(1.028.450,30)	(851.327,15)
Serviços de Transportes	(9.258,52)	(8.516,12)
Serviços Gerais	(15.026,91)	(12.737,78)
Outros Serviços	(5.795,47)	(11.548,74)
Encargos sobre Terceiros	(7.513,60)	(768,00)
Total	<u>(1.203.744,80)</u>	<u>(916.770,14)</u>

20. Resultado financeiro líquido

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receitas de aplicações financeiras	334.551,88	300.343,82
Despesas financeiras	(3.524,23)	(4.013,64)
Total	<u>331.027,65</u>	<u>296.330,18</u>

21. Transações com partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da Administração

De acordo com o regimento interno do Sescoop é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

22. Seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

23. Eventos Subsequentes

“No dia 09 de março de 2020, o Conselho Federal de Contabilidade emitiu alerta sobre os impactos nas demonstrações contábeis e outros temas relacionados à contabilidade, da pandemia de Coronavírus.

Na data de emissão destas Demonstrações Contábeis, a Entidade não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios tampouco às estimativas e julgamentos contábeis.

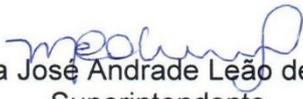
Não é possível neste momento mensurar ou antecipar os eventuais impactos futuros

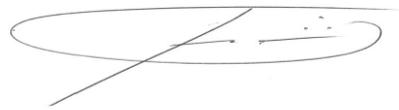
decorrentes de uma pandemia do COVID-19. Estima-se apenas, no limite extremo, que serviços de atendimento ao público poderão provocar impactos nas operações, porém sem possibilidade de se avaliar seus respectivos reflexos financeiros.

Internamente, a Entidade vem adotando medidas de precaução para evitar a disseminação do vírus. Até a emissão destas demonstrações, as ações tomadas não afetam ou comprometem as operações.

A Entidade seguirá observando atentamente o desenvolvimento desta situação. ”

* * *


Maria José Andrade Leão de Oliveira
Superintendente



Fabrício Motta Araújo
Contador CRC/DF 018572/O-6